

Entidades questionam lei de restringe jornada especial

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Confederação Nacional dos Trabalhadores Públicos Municipais questiona a Lei de Regulação de Descumprimento de Previsão do município de São Paulo que proíbe a participação de professores em regime de saúde à Jornada Especial Integral de Formação (Jeif) de Luiz Fux.

A Jeif é um regime de trabalho da educação com carga horária superior à Básica do Docente (JBD) e com norma municipal 18.221/2024, ao alterar o magistério, passou a impedir a permanência nesse regime de docentes que não estejam em regência de turmas determinadas funções pedagógicas. Um professor está afastado por licença médica.

Para as entidades, a exclusão penaliza quem está em situação de problemas de saúde. Elas também pede as medidas, além de discriminação fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde e o princípio da igualdade. E sustenta que existe justamente para preservar a saúde do trabalhador. A retirada da jornada especial compromete a subsistência e desvalorizar a carreira dos professores.

ADPF 1.298

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-dez-30/entidades-questionam-lei-professores/>

